

TECENDO MEMÓRIAS: IDENTIDADE E RESISTÊNCIA INDÍGENA NO PLANALTO DA CONQUISTA NOS FINS DO SÉCULO XX E PRINCÍPIOS DO XXI

Renata Ferreira de Oliveira (UFBA)*

Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBA)**

Resumo:

O presente trabalho é o resultado parcial de uma pesquisa que tem por objetivo discutir a descendência indígena na região da Batalha, situada na zona rural do município de Vitória da Conquista, tendo em vista a presença de comunidades que se auto-definem como originárias das etnias que habitaram a região antes da sua colonização. Ainda se propõe a analisar os conflitos marcantes na história de vida dos atuais habitantes, bem como os processos de resistência definidores da identidade e da tradição. É na revisitação da memória presente na rede de transmissão oral da Batalha que essa pesquisa se concentra, como tentativa de propor um encontro com os registros dessa memória e o tempo presente.

Palavras-Chave:

Conflito, indígenas, resistências.

Abstract:

This work is partially the result of a survey that aims to discuss the Indian heritage in the region of Battle, located in the rural municipality of Vitoria da Conquista, in view of the presence of communities that define themselves as originating from ethnic groups who inhabited the region prior to colonization. Although intended to analyze the conflicts marked the history of life of current residents as well as the processes of defining the identity and strength of tradition. It is revisiting the memory present in the network of oral transmission of the Battle this research focuses, in an attempt to propose a meeting with the records of this memory and the present.

* Mestranda em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bolsista CAPES. Email: renataconquista@yahoo.com.br.

** Professora do Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutora em História pela USP

Key words:

Conflict, indigenous, resistance.

Introdução: A memória revisitada

A colonização do Sertão da Ressaca,¹ onde se localiza Vitória da Conquista, significou a expulsão dos indígenas de suas terras e o desmantelamento das etnias então existentes. Embora a conquista do nativo tenha sido efetivada, inúmeros foram os conflitos e diversos os meios de resistência desenvolvidos pelos povos subjugados. Comunidades como as da Batalha são exemplos vivos que expõem as várias faces da resistência ante a expansão colonizadora.

Dessa forma, a pesquisa busca registrar a história de vida dos moradores da Batalha na atualidade, descendentes dos nativos que ali foram quase dizimados, mas também propõe uma revisitação à memória do povo daquele lugar, como fonte de conhecimento do seu passado.

Para tanto, lanço mão de uma metodologia que possibilite a recuperação da história desses povos por meio da memória e da fonte oral: entrevista com moradores da região e o diálogo destas com a documentação primária, a exemplo dos inventários, fotos, registros de compra e venda de terras, notícias de jornal e textos nele produzidos etc. Paralelamente, a utilização da bibliografia acerca da história de Vitória da Conquista e das etnias que habitaram a região.

A preservação étnico-cultural de comunidades tradicionais pode ser identificada a partir das relações que se estabelecem no interior do grupo, à medida que ele define o jeito de viver inserido numa cultura tradicional. A região da Batalha fixa-se nesse contexto, como resultado de um processo de resistência capaz de preservar a história do grupo, fazendo-a chegar aos dias atuais. As comunidades de tradição oral sustentam sua história por meio da transmissão de saberes a seus descendentes. Essa memória não funciona apenas como um meio de perpetuação da história, mas também como fonte de resistência. Nessa perspectiva, a oralidade possibilita a recuperação das formas de vida, sobretudo de grupos minoritários, por vezes excluídos e marginalizados.

¹ O Sertão da Ressaca é a região conhecida, a grosso modo, que vai do Rio de Contas ao Rio Pardo cujo núcleo central é a cidade de Vitória da Conquista.

A tradição cultural da comunidade é um traço marcante da sua percepção histórica. Sua narrativa carregada de impressões do passado constrói o futuro na esperança da preservação da memória presente. A rede de transmissão oral dessa região é permeada pela história do lugar onde habitam, sempre relacionada à história da colonização da atual Cidade de Vitória da Conquista. Trazer essa narrativa para o presente sob a forma escrita permite a valorização, o conhecimento e a preservação da memória de um grupo que nunca teve oportunidade de ter seus registros escritos.

A história de Vitória da Conquista

Correu de boca em boca por entre as gerações: os mais idosos ainda sabem que o curioso nome da Cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, está ligado à conquista dos índios por João Gonçalves da Costa, o povoador.² Entre o Rio Pardo e o Rio de Contas abrigavam-se os índios da Ressaca: Pataxós, Mongoyós e Ymborés. Tomando conhecimento deles, o português e mestre-de-campo João da Silva Guimarães³ entendeu-se com El-Rei, oferecendo-se para conquistar esses gentios que “infestavam” o rico sertão.

Receando um encontro com os índios que lhe fosse prejudicial, pois eram somente cinqüenta soldados e mais de trezentos selvagens, tomou o sertanista conhecimento da localização dos nativos, nas proximidades do Rio Gavião.⁴ Seguiram-nos de longe, saindo num lugar denominado Santa Inês,⁵ onde lhe fora revelado, “por milagre”, o seu itinerário

² Termo utilizado pelo Jornal *O Combate* - Ano VI - Vitória da Conquista, 4 de Março de 1935, nº. 28. Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

³ João da Silva Guimarães foi um dos principais [bandeirantes](#) a explorar os [sertões](#) mineiro e baiano em meados do século XVIII. Explorou a Barra do Rio Doce, às margens do Rio São Mateus, nos sertões mineiros; e, posteriormente, o Alto Sertão e o da Ressaca, na Bahia. Ele buscou, a serviço da Coroa portuguesa, as tão faladas esmeraldas existentes no sertão de Minas Gerais e reservas de ouro e prata no baiano. Chegou a comunicar descoberta de diamantes na Barra do Rio Doce, indo depois para o Alto Sertão da Bahia. De lá, foi para o Recôncavo, onde continuou a relatar suas descobertas às autoridades portuguesas. Na Bahia, percorreu os territórios do Rio Paraguaçu, Rio das Contas e Rio Pardo. Sobre João da Silva Guimarães. Ver: MEDEIROS, R.H. de A. *O município da Vitória*. Notas críticas. Edições UESB, 1996. p.96.

⁴ Atualmente, o Rio Gavião pertence aos municípios de Anagé e Caraíbas - e daí para o Ribeirão do Gado Bravo - localidade de mesmo nome que pertence à divisa dos municípios de Anagé e Caetanos. Ver: TORRES, Tranquilino. **O município da Vitória**, 1897 p. 44.

⁵ Serra da Santa Inês localizada na Batalha. Ainda hoje a serra é conhecida por este nome e tem por referência as lutas que ali se deram entre índios e sertanistas.

(VIANA, 1982, p.14-15)⁶. Já à noite, abraçou a mata adentro “com archotes de raízes resinosas, em busca dos índios, até um lugar chamado Batalha,⁷ (assim chamado pela luta que aí se feriu), onde os alcançou, travando-se às 4 horas da manhã luta renhida, selvagem e porfiada” (VIANA, 1982, p.15).

A chegada dos portugueses ao Brasil modificou diretamente os modos de vida dos índios que habitavam suas terras. É sabido que os primeiros contatos foram pautados no ritmo do escambo já conhecidos pela historiografia nacional. Ao passo que se estabeleceu o povoamento das terras, determinando sua exploração com base na política agro-exportadora, os conflitos entre os povos nativos e os colonizadores se acirraram. O compasso da conquista e exploração das terras pelos portugueses desencadeou a resistência e luta pela manutenção dos territórios dos indígenas. Os processos que transformaram as relações sociais e, por sua vez, destruíram comunidades nativas que habitaram o Sertão da Ressaca foi o mesmo já utilizado contra esses povos em outras regiões da colônia.

A colonização do Planalto da Conquista foi o resultado de um processo conexo à busca de ouro, já decadente nas Minas Gerais, à expansão da pecuária, bem como ao povoamento dessas terras, o que possibilitaria a formação de um caminho entre o litoral e o sertão e o aprisionamento e/ou “conquista” da população nativa.

A “pacificação” e povoamento do território que se chamaria Arraial da Conquista, inicialmente realizados por João da Silva Guimarães,⁸ líder da Bandeira⁹ responsável pela

⁶ Versão do cronista Anibal Lopes Viana. Ver: VIANA, Anibal L. **Revista Histórica de Conquista**. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1. 1982.

⁷ A comunidade da Batalha atualmente se reivindica como descendente dos indígenas que ali viveram nos tempos da conquista. A Batalha já foi uma grande fazenda. Nas palavras de Ruy Medeiros: “É que “Batalha” designava área bem maior do que o espaço ocupado posteriormente pelo velho latifúndio denominado Fazenda Batalha. Agora essas terras encontram-se bastante fragmentadas e com várias denominações. De acordo com os relatos dos moradores, a jurisdição iniciava-se no Poço Escuro, um dos lugares de moradia dos nativos, até o extremo da atual comunidade da Lagoa do Arroz e da Serra de Santa Inês. As terras se estenderiam por um raio de 40 km de extensão⁷. O território localiza-se a oito quilômetros da cidade de Vitória da Conquista, no distrito rural de José Gonçalves. Ver: MEDEIROS, R. H. **Notícias da Velha Casa de Oração**. Disponível em: http://www.blogdopaulonunes.com/noticias_especificas2008a/20080201_noticia_01.htm. Acesso em: 08 de outubro de 2009, às 13:39.

⁸ Sobre João da Silva Guimarães, ver: MEDEIROS, R.H. de A. **O município da Vitória**. Notas críticas. Vitória da Conquista, 1996. (p.96).

⁹ Ruy Medeiros, nas notas da edição do livro de Tranquilino Torres, *O município da Vitória*, salienta que: “o objetivo da bandeira sertanista era explícito naquele regimento: Conquistar o sertão entre os Rios das Contas, Pardo e São Mateus, encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos que fossem encontrados” (p.90).

ocupação territorial do sertão, iniciada em meados do século XVIII, foi continuada por João Gonçalves da Costa.¹⁰ A história do município de Conquista está marcada pela luta contra as aldeias nativas, em um contexto caracterizado pela violência, pela imposição da cultura do colonizador, pelo aldeamento dos índios sobreviventes, que obrigou os diversos grupos, muitas vezes inimigos, a conviverem entre si, num sistema de violação de sua cultura e organização.

A visão construída sobre o fundador de Vitória da Conquista, o capitão-mor João Gonçalves da Costa, é bastante positiva, tendo ficado eternizada nas memórias refletidas na imprensa mais de um século depois. O jornal *O Combate* disse dele: “creou no centro da Bahia o grande núcleo pastoril. Augusto de Saint Hilaire conheceu-o, quase centenário. O príncipe Maximiliano de Wiede-Neuwied fallia enternecidamente delle. Um espantoso sujeito aquelle João Gonçalves da Costa!”¹¹.

Sobre o gentio, a memória construída é oposta, negatizada: “De fibra inflexível, de pé veloz, de catadura má, senhores, qui’ora de todo o interior da província. Errantes, sem acampamentos e sem lavouras, como um bando de inimigos perversos, de tacapes ao hombro e envernizados de resinas vegetaes, andavam pelos desertos ainda inviolados”.¹²

No contexto das disputas pela ocupação do território onde se originou a Cidade de Vitória da Conquista, os conflitos com os Mongoyó são os mais abordados pela historiografia local, que alimentou a mitológica fundação de Vitória da Conquista. Os contatos entre colonizadores e o povo Mongoyó não ocorreram sem oscilações, indo desde a formação de alianças até o confronto direto. O mito que fundamenta a gênese da Cidade encontra-se vivo ainda hoje no imaginário popular. A memória local refere-se, sobretudo, ao marco que é a batalha final entre os Mongoyó e os colonos, na qual João Gonçalves da Costa teria, inclusive, recebido ajuda de Nossa Senhora das Vitórias, que o teria apoiado ainda em combate.¹³

¹⁰ “João Gonçalves da Costa é uma figura proeminente e pioneira no processo de conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca, local em que se estabeleceu o arraial da Conquista, núcleo original da cidade de Vitória da Conquista. Destacado por uma atuação empreendedora, arguta e aventureira, revelando-se como um agente do Estado Português altamente dedicado e eficaz”. ver: SOUSA, M.A.S. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia.*(p. 47)

¹¹ *O Combate*, Op. Cit.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Sofre os conflitos travados entre indígenas e João Gonçalves da Costa, ver: TORRES, T., op. cit, p. 46-47.

A resistência dos indígenas foi o principal obstáculo para a formação do Arraial. As etnias que habitavam a encosta do Planalto foram desestruturadas, mas não sem resistirem por meio dos mais complexos sistemas de oposição à conquista. Desde os primeiros contatos com os desbravadores, os nativos reagiram defendendo o seu território, e mesmo depois da instalação do Arraial da Conquista, tem-se notícias de confrontos entre colonizadores e indígenas. Aliás, os primeiros tempos de Conquista são marcados “[...] por um conjunto de guerrilhas cruéis, onde as tribos foram dizimadas pela força das armas, da exploração e pela disseminação de doenças contagiosas” (MEDEIROS, Ruy Herman.1998, p. 124)

A instauração do conflito foi marcada pelas batalhas entre nativos e colonos. Esses últimos fizeram largo uso de vários mecanismos já empregados na captura dos indígenas. Das etnias indígenas dessa região, foram os Mongoyó os que se associaram a João Gonçalves da Costa, numa tentativa de sobreviver às intenções do capitão-mor e ainda combater os inimigos Ymboré, seus inimigos. Esse complexo mecanismo pode ser entendido como um fator de sobrevivência ante a conquista efetuada pelos colonizadores. Certamente, o mestre-de-campo se beneficiou da aliança nas batalhas contra os outros grupos, enquanto os Mongoyó viram nessa união a possibilidade de derrotarem de vez seus inimigos botocudos e manterem seu território. A fomentação das guerras intestinas entre os grupos indígenas foi estrategicamente empreitada pelos sertanistas, para potencializar o processo de conquista dos nativos.

Contudo, com o avanço de João Gonçalves, os Mongoyó perceberam que as suas necessidades iam além da derrota dos seus antigos inimigos, impondo-se aquela de enfrentar o desafio de manterem seus domínios fora do jugo do capitão, cada vez mais ávido por novas terras, especialmente diante do avanço dos latifúndios. À medida que a presença aguerrida dos conquistadores ameaçou a sobrevivência dos Mongoyó, com a usurpação de suas terras, a aliança desfez-se e operou-se a intensificação dos conflitos, com a traição e a crueldade contra os nativos passando a marcar o contexto das lutas entre os antigos aliados e os colonizadores.

Desses fatos remotos nasceram os mitos. Entre eles, o de que após o episódio da grande batalha contra os Mongoyó, o capitão-mor prosseguiu nas suas conquistas, lutando contra índios resistentes e jaguares.¹⁴ De facão em punho, teria enfrentado os selvagens, momento em que teria visto surgir entre as folhagens uma índia muito diferente das outras, pela beleza

¹⁴ *O Combate*, Op. Cit.

que possuía, e que, ao tentar aproximara-se para capturá-la, a índia correria à sua frente desde o lugar de nome Batalha até o lugar do centro da grande aldeia Mongoyó. Ali, a índia dera a frente ao capitão e ele teria reconhecido nela a imagem de Nossa Senhora. O capitão apavorou-se, estatelado com a visão. Fincou o facão no chão, ajoelhou-se e disse: “aqui, levantarei a Vossa Igreja”. Assim, a índia desapareceu em sua frente (VIANA, 1982, p. 15).

Os episódios das batalhas contra os indígenas e a posterior colonização do Planalto da conquista são imortalizados em trechos do canto do guerreiro Mongoyó, de autoria de Elomar Figueira Mello, “um dia bem criança eu era ouvi de um velho cantador. Sentado na Praça da Bandeira que vela a tumba dos heróis. Falou do tempo da conquista da terra pelo invasor. Qui em inumanas investidas venceram os índios mongoyós. Valentes mongoyós.”¹⁵

A descendência indígena da comunidade da Batalha se identifica com os índios sobreviventes ao massacre. Alguns foram capturados e “amansados”, outros se refugiaram na localidade conhecida por “casa dos índios”.¹⁶ Ao passo que a consolidação do povoamento do Sertão da Ressaca se constituía por meio da expulsão dos indígenas de suas terras para a materialização das áreas de pecuária, as configurações de uma sociedade em formação se definiam pela solidificação de famílias originárias do conquistador.

O fio da memória: indígenas reconstróem sua história

A memória dos indígenas da Batalha registra de forma bastante intensa, mesmo que com imprecisões, todo o processo vivido pelos seus antepassados, relacionado às disputas em torno da posse da terra. Esse registro possibilitou, a partir da série de depoimentos tomados, a reconstrução da trajetória histórica da formação da riqueza das famílias que, ao longo do tempo, adquirindo de uma forma ou de outra as terras indígenas, construíram o seu poderio e o seu prestígio no município em detrimento das condições de vida dos índios.

¹⁵ Elomar Figueira Mello nasceu na zona rural de Vitória da Conquista. É um importante artista da música brasileira. Mora atualmente na Fazenda Casa dos Carneiros, no município de Anagé, onde mantém uma fundação que abriga suas obras musicais. O canto do guerreiro mongoyó foi originalmente publicado no disco *Cantoria e Cantadores*, no ano de 1984.

¹⁶ Nos relatos dos habitantes da Batalha, a casa dos índios aparece como localidade onde os sobreviventes do conflito se refugiaram até serem aldeados, quando surge o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

A formação dessa memória só se fez possível em razão da preservação da coletividade indígena após a derrota imposta por João Gonçalves da Costa, seja a partir do retorno para o local onde viveram os antepassados, seja migrando para o ambiente urbano da Imperial Vila da Vitória, seja nos aldeamentos, mantendo, dessa forma, a comunidade tão necessária à produção da cultura e da memória.

Enquanto o quase centenário João Gonçalves da Costa descansava em sua fazenda Cachoeira¹⁷, rodeado por escravos e índios mansos¹⁸, os descendentes dos indígenas que resistiram aos seus ataques já fixavam residência novamente na Batalha.¹⁹ Com o firme intento de lembrar-se de seus parentes mortos, dos que reagiram por força das guerras, das alianças e por fim, dos que tentaram a readaptação nos aldeamentos²⁰, o grupo que permaneceu no lugar da antiga aldeia, conseguiu atrair outros índios, integrados ou não à população do arraial, para o lugar de seus antepassados, erguendo um memorial para o descanso dos mortos, o atual e mais antigo cemitério da região, o cemitério da Batalha.²¹

Em torno do cemitério, pouco a pouco ressurgiu a comunidade. Nesse tempo, as famílias de fazendeiros já haviam se instalado por lá. Rita Gonçalves da Costa, neta de João Gonçalves da Costa,²² comprara grande parte da fazenda ao Conde da Ponte e à sua consorte.²³ Em contraponto, o finado Paulo, que era índio, havia se apossado de parte das terras que pertencera aos seus antepassados. Acreditava ele ser herdeiro de mais de seis léguas de terras,

¹⁷ Hoje localidade no município de Manoel Vitorino, às margens da BR 116.

¹⁸ O príncipe Maximiliano de Wied Neuwied relata o encontro que teve com João Gonçalves da Costa no ano de 1817. Ver: WIED, NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Rio/São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940.

¹⁹ Por se tratar de uma comunidade rural, a maioria das informações acerca da continuidade da presença indígena na Batalha são produtos da memória de seus habitantes.

²⁰ Esse ponto foi discutido na monografia de finalização do curso de história. OLIVEIRA Renata F. de. **Resistência e Identidade Indígena na Batalha**: trajetória histórica de comunidades rurais no Planalto da Conquista. Monografia de finalização de curso, UESB, 2009.

²¹ Ver: Revista Memória da Bahia. Grandes Reportagens do Correio da Bahia. *A Conquista do Oeste: Patriarcas de Conquista*. UCSAL, 2002.

²² Sobre Rita Gonçalves da Costa, ver: VIANA, op. cit., p. 83

²³ Ação de embargo de obra empreendida por Maria Clemência de Jesus em 1866 contra Joaquim Maxado e sua mulher, que estavam em uma posse de terras da dita Maria, fazendo roças e levantando casas sem ter direito algum. A autora da ação se referencia em um documento de 1829, que é a comprovação de que Manoel Gomes Ribeiro e Rita Gonçalves da Costa compraram as terras da Batalha à Casa da Ponte. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Embargo de Obra. Processo Caixa Diversos, 1866.

desde as matas do Poço Escuro²⁴ à Laje do Gavião.²⁵ Embora todos desejassem possuir as sete léguas em quadra, prometidas nos aldeamentos do Rio Pardo²⁶, contentaram-se com a parte que puderam ocupar, dividindo-se pelo território da Batalha, sem jamais ter acesso às Matas do Poço Escuro, à Laje do Gavião e tampouco às sete léguas quadradas das aldeias.

Ao ser ameaçada pelos fazendeiros de ter seus territórios invadidos, a família de Paulo comprou um conto de réis dessas terras, repartindo-a entre seus parentes.²⁷ Nas palavras de Seu Jesulino Rodrigues de Oliveira, de 87 anos, “porque o Paulo era índio e foi ele que comprou um mi réis de terra aqui, um mundo véi e repartiu”²⁸. Assim, os descendentes dos indígenas permaneceram na antiga Batalha, fixando moradia definitiva, embora transitassem constantemente por vários territórios, sobretudo em busca de trabalho nas fazendas, qual foi o caso do índio Artur, que nasceu na Batalha no início do século XX e, quando cresceu, viu-se obrigado a permanecer em constante trânsito pelo território do Cachimbo e pelas terras da Batalha à procura de trabalho. No Verruga²⁹, empregou-se como roceiro na Fazenda Primavera, antigo latifúndio que pertenceu aos descendentes de João Gonçalves da Costa. Atualmente, é uma fazenda para a pecuária da região do município de Itambé. Passou a viver entre o que restou dos índios aldeados, onde “morreu à míngua, sem auxílio médico.”³⁰

Na Batalha, depois de reconstruída a comunidade, a lembrança dos tempos da guerra da conquista permanecia viva e representada pela serra da Santa Inês e pelo cemitério construído no lugar da luta. Diz Seu Jesulino:

²⁴ Até hoje a região é conhecida como Matas do Poço Escuro e era um lugar de refúgio dos indígenas perto da nascente do rio de mesmo nome.

²⁵ Localidade ainda com esse nome por conta do Rio Gavião cortar o lugar. Pertence ao município de Anagé – Bahia.

²⁶ Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira. 87 anos. Entrevista concedida em junho de 2009

²⁷ Destaque para o fazendeiro Romualdo Vieira Costa que travou um processo na justiça contra a família de Paulo Rodrigues de Oliveira por invasão de terras. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Embargo de obra de 16 de dezembro de 1873. Caixa diversos, 1877-1879.

²⁸ Plano de Desenvolvimento das comunidades tradicionais de Vitória da Conquista. Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Série Conquista. 2005.

²⁹ Nome dado ao Aldeamento do Cachimbo, devido ao Rio Verruga, que cruzava essa região indo desaguar no Rio Pardo (hoje, Verruga se transformou na cidade de Itambé)

³⁰ Atestado de óbito de Artur Rodrigues de Oliveira. Arquivo da família.

o batalhão dos índios era aí, onde tem o cemitério. Já chama Batalha porque era dos índios. Os mais velho falava que nós vem da nação dos índio da Santa Inês, que por sinal era índia e minha vó. Essa descendência de hoje toda aí é índia. Meus pai nasceu e morreu aqui, por isso que nós somos é dessa nação, dos índio da Batalha³¹.

Para reconstruir suas moradias, os indígenas ajuntavam-se em mutirão, como forma de preservarem os seus costumes. Novamente, Seu Jesulino diz que, “as casa aqui, que nós fazia junto, era de palha. E pa minino drumi abria aquelas palha e botava em cima de uma caminha de vara, aquês jirau. Num tinha nem coberta pá embruiá, botava num corão de boi, drumia dez minino junto”³².

Como não existiam utensílios domésticos, os indígenas decidiram recolher os restos de panelas de barro que encontravam na serra da Santa Inês. As crianças iam até as tocas de pedras dos índios, onde encontravam cacos de vasilhas. Os índios que foram “amansados” deixaram de fabricar a cerâmica e aqueles que iam para os aldeamentos, se ocupavam de outros hábitos, como a agricultura. Conta dona Alriza Rodrigues de Oliveira, de 80 anos, que:

Fulozona era índia, morava lá na Inês. Ela mandava nós panhar dos índios prá ver, prá fazer as panela, nós levava um trem pesado desse tamanhinho assim... era um peso, nós levava para ela oiá prá fazer. Nós pegava os caco assim por fora, onde é que as índia fazia.³³

Com os cacos de panela em mãos, as crianças imitavam as índias antigas, sentando no lugar que elas produziam a cerâmica. “Quando nós panhava as panelas, já tinha muito tempo que és³⁴ tinha saído. Nós sentava onde por acauso és fazia. Mas és sabia que um dia nós ia, porque deixou as mostras, aí nós foi lá e panhou”³⁵. Como meio de preservarem o costume, as mulheres que conseguiram os exemplares de cerâmica se reuniram e todas aprenderam a arte

³¹ Relatos extraídos dos documentos que acompanharam os registros de negociação para a comunidade ser reconhecida como terras tradicionais. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. 2008.

³² Idem, *ibidem*.

³³ Depoimento de D. Alriza Rodrigues de Oliveira – 80 anos. Entrevista concedida em junho de 2009

³⁴ Forma abreviada que significa *elas*. O masculino, *eles*, aparece na linguagem dos depoentes como *ês*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

de produzir os artefatos. “Como era nosso costume, toda essa raça de gente aprendeu a fazer panela e todas sono chamada de paneleira”³⁶.

A trajetória dos moradores da Batalha mistura-se ao curso da história da região. O processo de resistência e readaptação aos novos hábitos, introduzidos pelos “conquistadores do sertão”, estava apenas se desenvolvendo. Manter o costume tradicional do povo indígena foi, ao longo do tempo, gerando os conflitos constantes com os detentores do poder local.

Os litígios acirraram-se pela questão fundiária, a partir dos quais se limitou ainda mais o território dos “paneleiros”³⁷, como narra o senhor Adelino Rodrigues de Oliveira³⁸: “quando foi prá desocupar de novo ali a Batalha, nos anos 10 por aí, foi quando começou a guerra dos *coronéis*”. Essa guerra foi na verdade disputa pelo poder político, ocorrida entre 1910 e 1919, e que ficou conhecida como luta entre *Meletes e Peduros* (VIANA, 1982, p. 137-142). Os ditos coronéis chegavam à região e invadiam as terras. Como ninguém possuía coragem para barrá-los, eles se apossavam do território dando em troca algumas coisas sem valor.³⁹

Desse modo, o povo da Batalha teve seu território cada vez mais reduzido. Por volta de 1930, apossou-se de partes das terras desse lugar o coronel Zacarias Gusmão e seu irmão Zeca Gusmão.⁴⁰ Diz o senhor Adelino: “Eu lembro que em 1930 foi um povo morar aí no Ribeirão. Zacaria e Zeca Gusmão, na época que ês matou uns guarda. Na época do coronelismo”⁴¹. Mas os Gusmão não possuíam água na terra deles. Queriam expulsar a família de índios. Sabendo da dificuldade em fazer um acordo, os indígenas optaram por trocar as terras “a troco de uma meia de mato. Aí os Gusmão trocou um alqueire de terra por essa terra que ele morava aí no final. E nós ficou com a terra seca. Depois teve de comprar a terra de Zacaria de vorta, mas foi o jeito de ficar aqui”⁴².

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ Os descendentes dos indígenas são conhecidos também por paneleiros, por causa do fabrico de cerâmica.

³⁸ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira – 84 anos. Entrevista concedida em junho de 2009.

³⁹ Memórias da Batalha, *op. cit.*

⁴⁰ Pertencentes à família Gusmão. Tradicional família conquistense desde 1812. Ver: VIANA, *op. cit.* p. 83.

⁴¹ Memórias da Batalha, *op. cit.*

⁴² Depoimento do Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira,

Por já existir a experiência da compra de terra por membros da família, para a partilha entre todos, em 1944, Vitório Rodrigues de Oliveira, bisneto de Paulo Rodrigues de Oliveira – que comprou as primeiras terras por um mil réis –, reuniu seus familiares para efetivar o retorno para seus territórios, agora em posse de Zacarias Gusmão. Por mil cruzeiros, os Rodrigues de Oliveira retornam para a Lagoinha na Batalha, onde deveriam permanecer em definitivo,⁴³, o que não ocorreu, como narra o nosso depoente,

Depois disso a cidade veio crescendo, veio aumentando, teve outra confusão, mas já foi a guerra deles aqui mesmo, no tempo do finado Olimpo, ali onde hoje é a prefeitura, ali foi esconderijo de cangaceiro, ali perto de onde foi a primeira igreja. Então, morreu muita gente. Era os mocós com o povo de Olimpo, no tempo do coronel Maneca Moreira, que era os dono daqui.⁴⁴

A esse tempo, fabricar panelas de cerâmica havia se tornado a principal atividade econômica da comunidade. As mulheres recolhiam o barro; os homens, a lenha. As mulheres moldavam a cerâmica e os homens eram responsáveis pelo forno. Ambos vendiam a mercadoria nas feiras da Cidade de Vitória da Conquista⁴⁵. Contudo, com o passar dos anos, a região foi alvo novamente de grilagens, “Pompilo tomou uma parte aí. O finado Pompilo é do sobrado, ali onde é o Banco do Brasil”.⁴⁶ Novamente, os coronéis exerceram seu poder de mando para centralizar as terras dessa região, sob o jugo dos povos indígenas que lutaram para manter o pouco que lhes restava.

Pompílio Nunes de Oliveira⁴⁷ foi um coronel descendente da família de João Gonçalves da Costa. Exerceu forte influência política nas últimas décadas do séc. XIX, assim como Zacarias e Zeca Gusmão, que pertenciam a uma das mais importantes famílias de Conquista. A posse das terras da Batalha, desde a conquista do lugar, foi efetivada pelas tradicionais famílias conquistenses e transmitida para seus descendentes. Aos indígenas, restou apenas uma pequena parte e a esperança da retomada do território perdido: “e o mi réis de terra que

⁴³ Recibo de compra e venda de terras na Batalha. Arquivo do Fórum João Mangabeira, 1944 – Tabelionato de Notas.

⁴⁴ Memórias da Batalha, *op. cit.*

⁴⁵ Plano de Desenvolvimento das comunidades tradicionais de Vitória da Conquista. Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Série Conquista. 2005.

⁴⁶ Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira -, *op. cit.*

⁴⁷ Sobre personagens históricos ver: VIANA, *op. cit.*

meu avô comprou, cabou tudo. Aí os fazendeiro agora tomou aí”⁴⁸. Embora tenha havido um processo violento de expropriação das terras indígenas, a resistência observada na construção da memória do povo da Batalha pode ser compreendida como fator propulsor da preservação étnica e identitária, mas não como uma imaginação sem fundamento histórico. Essa memória é reavivada também por meio das interpretações históricas averiguadas nos depoimentos,

Ali ês foi chegando, lá só tinha uns caboco véi que ficou abandonado lá, então venderam, deram, e esse povo aí passaram a mão, tomaram, usaram de esperteza. Ali onde era da gente, depois que o finado Aprígio morreu, o finado Misael⁴⁹ era muito esperto, antes do véi morrer, ele chegou e levou véi prá casa dele, lá o véi morreu, nessas altura ele passou a mão nos documento. Então, teve gente que trocou terra até a troco de um rádio. Logo quando saiu o rádio, num era todo mundo que podia ter, então trocou no rádio. E o finado Aprígio⁵⁰ tinha a escritura que rezava que a terra ia até Caetité, essa escritura passou prá mão do finado Misael, que agora deve tá com os filho. Na mão nossa é que num ficou. Quando minha mãe casou, foi morar nas terra da sogra, só tio Pedo que ficou, os outro foi casando e foi saindo, só ti Pedo sozinho que ficou, até quando ele morreu, coitado. Então, esses documentos ali, donde é o Ribeirão que era da gente, donde hoje os rico passou a mão, eles é quem tem o documento daquelas terra ali, ninguém mais tinha, a não ser do lado de lá da Lagoinha, mas cá no Ribeirão é essa escritura. Ali era da gente, ali tudo do cruzamento prá ir prá Lagoa de Chico das Chagas até o Curral de Pedra, era tudo nosso. Antes disso, era tudo daqueles primeiros índios⁵¹.

O interessante aqui é justamente observar a facilidade com que o depoente encontra em definir a razão dos litígios fundiários, como se observa abaixo:

Então, ninguém deu documento de terra ali, mas com a sabedoria dês, tomaram a terra. Sabedoria de quem? De Misael, Régis Pacheco, que era os chefe daqui, através de Misael, Bruno Bacelar, Coronel Chicão, e mais outros que tinha aqui [...] aquele Jambim Gusmão, Sabino Morais, eles é que era os chefe que mandava aqui, todo mundo tinha medo, todo mundo temia. Ah, é fulano? Quem vai mexer? E aí foi indo, foi perdendo, só ficou aquela tirinha ali que tá com a gente. Mas os fazendeiro adquiriu fácil. Hoje lá tá difícil, num tem espaço. Vamos sair prá esse lado? Num pode, que é de Jessé, vamos tirar uma vara prá fazer um poleiro? Num pode, que é de Tote.

⁴⁸ Memórias da Batalha, *op. cit.*

⁴⁹ Misael Marcílio Santos foi vereador em Vitória da Conquista por diversas vezes. Sobre Misael, Aníbal Lopes Viana nos diz que: “era um homem de bem e autêntico líder popular, nunca regateando esforços para servir o povo.” (VIANA, p.294)

⁵⁰ Aprígio Rodrigues de Oliveira (Bisavô do senhor Adelino Rodrigues de Oliveira)

⁵¹ Memórias da Batalha – Adelino Rodrigues de Oliveira – *op. cit.*

Do lado de lá é de fulano, tá difícil, que as terras tá tudo do lado de quem adquiriu com facilidade.⁵²

Talvez não haja uma interpretação clara dos fatos políticos daquele momento histórico, no qual o poder de mando dos coronéis alcançou os territórios indígenas. Isso pode ser facilmente explicado pelo fato de a maioria dos depoentes,⁵³ ser semi-analfabeta e não ter acesso a nenhum tipo de história registrada. Mesmo assim, eles conseguem reconstruir e reinventar uma memória sobre seus antepassados, cuja existência entre o grupo remonta há pelo menos duzentos anos, alimentada pelo processo histórico desencadeado ao longo do tempo, a partir da reconstituição de fatos nos quais aparecem outros personagens que marcaram a história, o ambiente, os mitos e as mudanças em que os indígenas estão agora inseridos.

Assim, em uma ocasião, no início da década de 1970, alguns indígenas foram contratados para trabalhar numa fazenda vizinha. O patrão oferecia em seu estabelecimento todos os mantimentos necessários para a família dos trabalhadores, que poderiam comprar com um adiantamento do salário, porém os preços eram tão exorbitantes, que estes, por mais que trabalhassem, não conseguiam pagar a dívida, ficando obrigados a permanecer no trabalho. Não suportando a exploração da mão-de-obra, ainda mais sem remuneração alguma, os explorados decidiram, juntos, negociar com o chefe. Este, por sua vez, os ameaçou, mas disse poder resolver o problema, desde que lhe fosse doada parte das terras dos trabalhadores. Não tendo outra saída, os paneleiros se reuniram e deliberaram pela doação para o dito chefe, desde que ele liberasse os empregados e deixasse as mulheres recolherem o barro para as panelas. Acordado o processo, “o dito patrão doou dois rádios para demonstrar sua complacência conosco”.⁵⁴

Depois deste episódio, sentindo-se desprotegidos pela lei, os moradores da Batalha optaram por sua filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista. Desse modo, asseguraram por meios legais a posse do pouco que lhes restava daquele lugar chamado Lagoinha. Mas a participação no sindicato rendeu aos paneleiros novas experiências

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ O senhor Adelino, o senhor Jesulino e outra grande parte dos depoentes.

⁵⁴ Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Pasta conflitos fundiários – 1970.

de lutas próximas, com outros povos tradicionais, como os quilombolas, que começavam a reivindicar seus territórios. Foi nessa dinâmica que nesse período a câmara de vereadores de Vitória da Conquista aprovou o pedido encaminhado pela comunidade da Batalha para construir um sistema de abastecimento de água.⁵⁵ Porém, para que fosse implantado esse projeto, a Câmara solicitou uma contrapartida dos moradores: a escavação das valas para os canos, desde a nascente, até as respectivas casas. Com distância de 12 quilômetros, os paneleiros, em mutirão, escavaram o canal até suas moradias⁵⁶.

Não chegando a passar um ano da colocação da rede de água, fazendeiros da região localizados perto da nascente de água, introduziram, ao longo do curso dos canos, desvios que os favoreciam. Diante desse quadro, o paneleiros “botaram a boca no mundo”⁵⁷. “O fazendeiro [...] vem trancando o registro da água, para desviá-la para a irrigação do capim para seu gado. A água vem de uma fonte natural da Batalha Velha, onde os índios viveram”⁵⁸. E segue dizendo: “Na época, nós cavamos 12 km de vala para por os canos e, mesmo assim, a água não chega à comunidade. Tem mais de 30 dias que estamos sem água, porque os fazendeiros botaram registros e desviaram essa água.”⁵⁹

Após observarem que não houve ação imediata dos órgãos municipais, os habitantes da Batalha foram à propriedade do dito fazendeiro, mencionado no documento, e retiraram os registros. Mal saíram do local, os funcionários da fazenda recolocaram os desvios. Dessa forma, a água ficou restrita a esta localidade, sendo liberada somente quando agentes municipais iam ao local conferir as denúncias que passaram a ser constantes.

Na década de 1980, deu-se início na Batalha à primeira associação de moradores da região. Parte dos habitantes da comunidade organizou-se na agremiação e buscaram forças

⁵⁵ Atas da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – 1970 a 1973 – Arquivo Municipal – Vitória Conquista.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Expressão do pedido de vistoria encaminhado à prefeitura municipal de Vitória da Conquista – Arquivo da Prefeitura Municipal – Série solicitações de rurais. 1970

⁵⁸ Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana – Arquivo da CRD. 1970 – 1980.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

para a manutenção do grupo no território.⁶⁰ As lutas desencadeadas a partir da existência de entidades que ganharam corpo com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, em Vitória da Conquista⁶¹ culminaram na fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade, onde diversos membros da referida associação militaram por seus direitos.

Com a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, que reconheceu o direito à manutenção das diferenças culturais, os grupos da Batalha, juntamente com as comunidades quilombolas filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em parcerias com as Comunidades Eclesiais de Base, se reafirmaram enquanto descendentes de povos tradicionais e, portanto, herdeiros do território perdido. Iniciou-se a tentativa de retomada das terras em posse dos fazendeiros.

Posteriormente às várias reivindicações feitas pela Associação da Batalha ao poder municipal e a outras instituições e o intenso processo de invasão das terras por fazendeiros, no ritmo de extensão das cercas, parte dos paneleiros se viram forçados a migrar para lugares onde pudessem recomeçar. Mas os que decidiram ficar desenvolveram estratégias de convivência diante do permanente conflito, tendo em vista os litígios constantes.⁶²

Fabricar a panela já não era uma tarefa tão simples, pois a dependência da matéria-prima, que se encontrava em outras fazendas, fez com que a atividade artesanal diminuísse. Diz Maria Elza Rodrigues de Oliveira:

às vezes tem barro aí, em terra dos outros e ês num quer dar, que diz que estiora, Aquele homem lá, tem hora que dá um piripaque e fala que num quer dar, que num quer dar porque tá rancando o capim, mas daí a gente dá uma panela ou um pote pra ele e ele vai deixando, sem querer, mas vai⁶³.

O comércio da cerâmica também se tornou difícil, devido à ausência de instrumentos que facilitem o transporte e a comercialização:

⁶⁰ Fundada em 1989, com a ajuda das CEBS, a associação foi o principal meio que os trabalhadores rurais encontraram para garantir o acesso a terra, embora fossem filiados ao STR, desde os anos 1970. A partir das CEBS, os associados vão manter contato com militantes do Partido dos Trabalhadores, participando desde sua formação. (Arquivo da Comissão Rural Diocesana – pasta CEBS, 1970.)

⁶¹ Arquivo da Comissão Rural Diocesana – Pasta CEBS, 1970.

⁶² Ata da Associação dos Paneleiros e Batalha. 1980

⁶³ Depoimento retirado do Relatório da Batalha – Maria Elza Rodrigues de Oliveira – 40 anos. Ver: OLIVEIRA, Renata Ferreira de. Memória indígena na Batalha. VII Colóquio do Museu Pedagógico UESB. 2008.

às vezes, tenho de levar uma carrada de panela prá cidade, pago o caminhão. Chego lá, dá trezentos e cinquenta reais, vamos sipor. Eu pago cinquenta do frete; volto, pago quem ajuda; volto, pago minha filha, que me ajuda; aí, volto, compro a lenha. Aí, no final, num sobra nada, fica difícil.⁶⁴

Para criar os animais era necessário, quase sempre, prendê-los, mas certa vez, um jovem que não teve sua identificação revelada nas fontes⁶⁵, deixou seus animais soltos e estes adentraram a fazenda do mesmo dono que desviara a água. A punição para o referido jovem foi a morte. Diante do assassinato, a comunidade da Batalha decidiu recuar perante os fazendeiros, mas por não haver punição alguma a estes, o grupo, sempre que necessário, pressiona-os a partir desse triste fato. As notícias que saíram nos referidos jornais apenas mencionam o fato e o lugar, não divulgando o nome dos envolvidos. Os registros mais concretos foram observados nos depoimentos da família da vítima.

É dentro desse contexto que a região da Batalha construiu e constrói a sua história, viva nos dias de hoje. Os componentes desse espaço, que tentamos identificar nas narrativas, enquanto resultado da ação política e da experiência desses povos, por meio de processos de ressignificação cultural e social perpassam dois vieses imperiosos para entendermos esse ambiente na sua dimensão indígena. Primeiro, o grande conflito entre João Gonçalves e os Mongoyó, as resistências e permanências. Segundo, é a reafirmação da identidade indígena, averiguada, sobretudo, nos relatos orais, e que vai buscar as suas origens nos tempos da grande batalha.

Considerações últimas

O desaparecimento das etnias indígenas do Planalto da Conquista não significou a perda da história desses povos. Sua ressignificação vem sendo revelada pelos estudos acerca das comunidades tradicionais localizadas nessa região. As observações realizadas permitem a quebra do paradigma de que nesse território não há reminiscências de um passado indígena,

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Notícias dos jornais: *O Combate, A Semana e Tribuna da Bahia* – Arquivo Municipal de Vitória da Conquista – 1990.

mas provam que estas são inseridas no conjunto da sociedade atual, preservadas por seus descendentes ao longo do tempo, sobretudo na composição social das comunidades do meio rural. Pesquisas como a nossa são resultados de modificações na historiografia brasileira, sobretudo em torno do campo da história social, que possibilita a identificação de novos objetos, considerando a participação de gente comum.

À luz dessas novas questões, é possível pensar o grupo que compõe a Batalha como resultado de um processo adaptativo que possibilitou sua continuidade na história a partir do ressurgimento étnico, que se contrapõem diretamente à noção de que os povos indígenas do Sertão da Ressaca foram dizimados. A composição social da Batalha, no que tange à identidade indígena, é sustentada pela noção de resistência dos índios que se refugiaram na Serra de Santa Inês, ou que gradativamente foram “amansados” e inseridos no convívio do “civilizado”.

Essas narrativas denotam, também, a transição dos indígenas entre os territórios, e ainda aponta uma tomada de decisão: a de ficar na terra de origem, a ir para o Posto dos Índios e manter-se enquanto índio aldeado. A escolha, aqui assinalada, pode ser interpretada, além disso, como uma forma de manifestação da ação política coletiva, uma vez que houve a continuidade de uma etnicidade ligada à identidade indígena, responsável pela reconstrução da comunidade.

Assim, auferimos que as experiências no campo da resistência, observadas na trajetória da Batalha foram adquiridas, também, a partir da interpretação dos fatos históricos que ajudaram na reconstrução de seu passado. Houve a reelaboração dos episódios e mitos abordados na historiografia conquistense. Cada componente nascido a partir das narrativas fundamenta-se enquanto rememoração de uma história entrelaçada entre colonizadores e índios e, posteriormente, entre fazendeiros e paneleiros resistentes.

A identidade formada a partir da noção de etnicidade revela-se enquanto instrumento de construção das relações sociais, dentro de um sistema cultural que situa os indivíduos no espaço e no tempo histórico. É sumamente importante considerarmos os contextos e procedimentos históricos, nos quais foram processadas as mudanças na esfera étnica e identitária, tendo em vista as reelaborações das tradições, as rearticulações de elementos novos dotados de significados, atribuídos por meio da experiência das comunidades.

Os conflitos vivenciados pelo território da Batalha encontraram, na resistência da comunidade, um ponto em comum ratificado nas narrativas que, de forma subjacente, podem auferir a existência de uma reorganização da noção de etnicidade, quando o caráter exógeno do litígio denuncia o modelo sócio-conjuntural enfrentado pelo grupo. O reconhecimento do direito à terra cria uma dinâmica positiva, na qual a auto-estima se fixa, aumentando a capacidade de organização e resistência. Todas as lutas enfrentadas pelo grupo sintetizam o desejo de permanência para os que estão e de retorno para os que partiram.

Referencias

AGUIAR, Edinalva Padre. (org.) **Ymboré, Pataxó, Kamakã**: A presença indígena no Planalto de Conquista. Museu Regional de Vitória da Conquista – UESB, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas**: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARTH, Frederich. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. Teorias da **etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

MEDEIROS, R.H. de A. Recomendação ao bandeirante. **Fifó**, Vitória da Conquista, p.8

_____. Os Mongoiós e seu Destino. **Fifó**, Vitória da Conquista, p. 8 e 9 de novembro. 1980.

_____. *O município da Vitória. Notas críticas*. Vitória da Conquista, 1996.

Revista Memória da Bahia. Grandes Reportagens do Correio da Bahia. **A Conquista do Oeste**: Patriarcas de Conquista. UCSAL, 2002.

PARAÍSO, Maria H. B. **Os índios do Rio Pardo e a Imperial Vila da Vitória**. Revista do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA, Salvador, Ano 1, n.1, dez. 1984.

_____. **Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no Sul da Bahia.** Dissertação de mestrado. Salvador, UFBA, 1982.

_____. Palestra: **O silêncio na História. Povos indígenas à Margem da História e o caso de Vitória da Conquista.** Museu Regional, 2000.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Batalha: Memória e Identidade Indígena no Planalto da Conquista.** Monografia de finalização de curso, UESB, Vitória da Conquista, 2009.

SILVA, Aracy L. da. (org). **A Temática Indígena na Escola.** Global Editora. São Paulo, 1998.

SOUSA, Maria. Aparecida Souza. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia.** Edições UESB, Vitória da Conquista, 2001.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma cidade.** Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

TORRES, Tranquilino. **O Município da Vitória.** Vitória da Conquista: UESB, 1996.

THOMPSON, Paul. **História Oral: A Voz do Passado.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

VIANA, Anibal L. **Revista Histórica de Conquista.** Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982.

WIED NIWIED, Príncipe Maximiliano de. **Viagem ao Brasil.** Rio/São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940.